


Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. Empresa mantém responsabilidade solidária em acidente de trabalho com terceirizado

 A 4ª Turma do TST manteve a condenação solidária ao pagamento de pensão vitalícia, prótese moderna e indenizações por danos morais e estéticos a um montador terceirizado que sofreu amputações em acidente de trabalho.


♦ **Relevância:** A decisão reafirma a responsabilidade solidária do tomador de serviços em acidentes de trabalho com terceirizados. O TST fixou entendimento de que, em casos de dano extrapatrimonial grave, se aplica o art. 942 do Código Civil, consolidando proteção ao trabalhador e coibindo negligência em contratos de terceirização.

 <https://www.tst.jus.br/-/montador-que-perdeu-braco-e-dedos-em-acidente-de-trabalho-recebera-protese-pensao-e-indenizacao>


2. Reconhecida indenização a trabalhador vítima de situação de risco durante transporte

 A 3ª Turma do TST reconheceu o direito de um trabalhador a indenização por dano moral após ter sido trancado no baú do veículo durante um assalto à mão armada. O tribunal entendeu que o transporte de cargas é atividade de risco, cabendo ao empregador a responsabilidade objetiva pelos danos sofridos pelo empregado, independentemente de culpa.

♦ **Relevância:** Atenção ao precedente para ações indenizatórias no âmbito da segurança e integridade do empregado no exercício de suas funções.

 <https://www.tst.jus.br/-/motorista-trancado-no-bau-do-caminhao-durante-assalto-deve-receber-indenizacao>


3. 2ª Câmara confirma vínculo de emprego e direitos trabalhistas de doméstica

 O TRT-15 confirmou o vínculo empregatício de uma doméstica com o tomador de serviços, garantindo pagamento de verbas trabalhistas e anotação na CTPS, ao comprovar a prestação contínua e subordinada de serviços.

✦ **Relevância:** A decisão evidencia que a simples informalidade na contratação não afasta a caracterização do vínculo. A ausência de registro e de controle de jornada pode resultar em condenações significativas quando comprovado presentes os requisitos do vínculo.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/2a-camara-confirma-vinculo-de-emprego-e-direitos-trabalhistas-de-domestica>


4. 8ª Câmara acata alegação de julgamento “extra petita” e reconhece quitação integral de aviso prévio proporcional

 O TRT-15 acatou a alegação de julgamento *extra petita* e reconheceu a quitação integral do aviso prévio proporcional pago pela empresa, negando diferenças pleiteadas pelo trabalhador.


✦ **Relevância:** A decisão reforça o princípio da congruência processual garantindo segurança jurídica ao reconhecer que houve julgamento além do pedido inicial.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/8a-camara-afasta-alegacao-de-julgamento-extra-petita-e-reconhece-quitacao-integral-de>


5. Dispensa dias antes das férias gera indenização

 2ª Turma do TST condenou empresa por dispensar funcionário às vésperas das férias, levando-o a cancelar o período já programado.

✦ **Relevância:** Procedimentos de desligamento realizados próximos ao gozo das férias devem ser avaliados com cautela. A ausência de planejamento pode gerar condenações por dano moral e financeiro.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/instrutor-de-yoga-dispensado-dias-antes-de-sair-de-ferias-sera-indenizado>

6. PLR é devida mesmo sem lucro contábil


 5ª Turma do TST manteve condenação ao pagamento da PLR de 2015 com base em metas previstas em acordo, ainda que não tenha havido lucro contábil.


✦ **Relevância:** Atentar-se a negociação coletiva, pois a decisão demonstra que quando a

norma coletiva vincula a PLR a indicadores/metast específicos, a ausência de lucro contábil, por si só, não afasta a obrigação.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-deve-pagar-plr-mesmo-sem-ter-tido-lucro-contabil>


7. Transtorno bipolar: reintegração em contrato de experiência determinada pelo TST


 A SDI-1 do TST determinou a reintegração de técnico dispensado durante contrato de experiência após diagnóstico de transtorno afetivo bipolar, com indenização por danos morais.

 **Relevância:** Reforça cuidados em dispensas potencialmente discriminatórias; importância de gestão de saúde ocupacional e documentação objetiva de desempenho.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/tecnico-com-transtorno-bipolar-obtem-reintegracao>


8. TJSP confirma validade de multa ambiental aplicada pelo Estado de São Paulo

 O TJSP deu provimento ao recurso apresentado pelo Estado contra decisão que havia suspenso a cobrança de uma multa ambiental imposta à uma empresa. A empresa sustentava não ser responsável pelo desmatamento constatado, alegando que a área pertencia à CESP. A decisão de primeira instância havia concedido liminar para suspender a cobrança, mas o Tribunal entendeu que não havia elementos suficientes que demonstrassem a probabilidade do direito da empresa e destacou que a suspensão da exigibilidade da multa exige o depósito integral do valor, conforme o artigo 151, II, do CTN.

 **Relevância:** O posicionamento do TJSP reforça a credibilidade da atuação fiscalizatória do Estado e contribui para a efetividade das políticas públicas voltadas à preservação do meio ambiente.

 [3002622-30.2025.8.26.0000.pdf](#)

9. TJSP nega pedido do Ministério Público para incluir o ITESP em execução de termo ambiental

 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão que rejeitou o pedido do Ministério Público para incluir o ITESP no polo passivo de uma execução de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental.

🔴 **Relevância:** A decisão reforça a importância de respeitar os limites jurídicos na execução de compromissos ambientais e delimita a responsabilidade de órgãos públicos em casos de recuperação ambiental.

🔗 [3008370-43.2025.8.26.0000.pdf](#)

10. TJSP mantém multa aplicada pela CETESB por mortandade de peixes no Rio Mogi Guaçu

📄 O Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento a recurso interposto por uma empresa industrial contra a CETESB em ação que buscava anular auto de infração ambiental. A empresa havia sido multada após fiscalização constatar mortandade de peixes no Rio Mogi Guaçu, atribuída ao lançamento de efluentes industriais. O Tribunal entendeu que a autuação foi válida, destacando que a atividade poluidora exige constante vigilância e que o auto de infração goza de presunção de legalidade. Aplicou-se o princípio *in dubio pro natura*, segundo o qual, em caso de dúvida, deve-se optar pela proteção ambiental.

🔴 **Relevância:** A decisão reforça a responsabilidade das empresas quanto ao controle e tratamento adequado de efluentes e confirma o papel da CETESB na fiscalização de atividades potencialmente poluidoras.

🔗 [1003531-25.2017.8.26.0053.pdf](#)

11. TJSP mantém condenação por dano ambiental em unidade de conservação

📄 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação de uma moradora por causar dano indireto a uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, no Parque Estadual da Serra do Mar. A decisão confirmou que a manutenção de edificação irregular no local impediu a regeneração da vegetação nativa e resultou no lançamento de efluentes domésticos sem tratamento. O Tribunal rejeitou os pedidos de absolvição, desclassificação para modalidade culposa e aplicação do princípio da insignificância, reconhecendo que o dano ambiental foi comprovado e que a conduta teve relevância jurídica.

🔴 **Relevância:** O entendimento do TJSP reafirma a proteção rigorosa das unidades de conservação e reforça que a ocupação irregular em áreas de proteção ambiental gera responsabilidade penal, mesmo quando o dano é indireto.

🔗 [0000107-05.2016.8.26.0157.pdf](#)




SINDICATOS
RURAIS

Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

📞 @faespsenarsp | 📧 @faesp_senarsp | ☎ (11) 94710.8788


12. TJSP Negou Habeas Corpus sobre responsabilidade penal por supressão de vegetação em área de preservação permanente

 O TJSP negou habeas corpus em ação penal que apura supressão de vegetação nativa de restinga em área de preservação permanente, em São Sebastião/SP. A defesa alegava ilegitimidade do representante do condomínio e aplicação do princípio da insignificância. O Tribunal entendeu que o administrador pode responder penalmente e que o dano ambiental, ainda que pequeno, não é insignificante.

✦ **Relevância:** A decisão reforça que a proteção ambiental exige responsabilização efetiva, mesmo em casos de menor impacto, consolidando a importância da tutela penal do meio ambiente como bem difuso e essencial à coletividade.

 [2288758-63.2025.8.26.0000.pdf](#)


13. STF julgou improcedente agravo sobre responsabilidade solidária por dano ambiental causado por despejo de esgoto

 O STF negou provimento a agravo regimental interposto em processo que discutia a responsabilidade solidária do Estado, do Município e da companhia de saneamento por dano ambiental decorrente do despejo de esgoto in natura no Rio Cabral, no Rio de Janeiro. O Tribunal manteve o entendimento de que a omissão conjunta na prestação do serviço de saneamento configura responsabilidade compartilhada entre os entes federativos.

✦ **Relevância:** A decisão reforça o dever comum da União, Estados e Municípios na proteção ambiental e no saneamento básico, confirmando que a omissão estatal também gera responsabilidade ambiental solidária, essencial para garantir a efetividade das políticas públicas de preservação e qualidade ambiental.

 [00000000000001558898.pdf](#)

14. STF Suspende decisões que anulavam bloqueios preventivos do Ibama na Amazônia e no Pantanal

 O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a tramitação de 23 processos que derrubavam bloqueios preventivos impostos pelo Ibama em áreas da Amazônia e do Pantanal onde foi identificado desmatamento ilegal ou uso irregular de fogo. A decisão foi tomada no âmbito da ADPF 743, que trata da criação de um plano nacional de prevenção e combate a incêndios. Dino considerou que os embargos preventivos, previstos

no Decreto nº 12.189/2024, são essenciais para conter danos ambientais antes que se tornem irreversíveis, reforçando os princípios da precaução e da prevenção.

📌 **Relevância:** A decisão fortalece a atuação do Ibama e do Estado na defesa do meio ambiente, ao garantir a continuidade de medidas administrativas voltadas à proteção de biomas ameaçados. Ao priorizar a precaução diante de atividades potencialmente lesivas, o STF reafirma o papel do Poder Judiciário na efetivação do direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2025-out-14/dino-suspende-decisoes-que-impediam-bloqueios-de-terras-para-prevenir-desmatamento/>



SINDICATOS
RURAIS

Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

📞 @faespsenarsp | 📧 @faesp_senarsp | ☎️ (11) 94710.8788